

RELATÓRIO ANUAL DE SUSTENTABILIDADE 2016



ÍNDICE

Editorial	5
Agropecuária - Cooperativismo com C de capacitar	6
Cidadania - Cooperativismo com C de cuidar	8
Ciência & Tecnologia - Cooperativismo com C de conhecer	10
Cultura - Cooperativismo com C de crescer	12
Esporte - Cooperativismo com C de campeão	15
Memória & Tradição - Cooperativismo com C de contar história	16
Saúde & Bem-estar - Cooperativismo com C de conscientizar	18
Social - Cooperativismo com C de comunidade	20
Evolução Patrimonial do Sicoob Credivertentes	22
Depósito e Operação de Crédito	23
Ativo e Patrimônio Líquido	24
Sobras	25
Relatório da Administração	26
Balanços Patrimoniais	31
Ativo	32
Passivo	33
Demonstrações de Sobras ou Perdas	34
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	35
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	36
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	37
Parecer do Conselho Fiscal	66
Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis	67



O “engravatado” do Banco Central que tentou suspender as atividades da jovem - e ousada - cooperativa num recanto do Campo das Vertentes. O famigerado Plano Collor. Legislações prejudiciais a qualquer margem for a do sistema bancário tradicional. Dúvidas, chacotas, torcidas contrárias. Inadimplência. Criminalidade. Crises mundiais. Crise nacional.

Em 30 anos de atividade, a Credivertentes fez mais do que assistir de perto a todos esses episódios: ela sentiu na pele as consequências de cada um deles. Mas jamais fechou as portas.

Na realidade, sobreviveu a todas essas avalanches, enfrentou riscos, superou desafios, pisou em terrenos desconhecidos, ultrapassou fronteiras, cravou a bandeira do cooperativismo em locais onde o sistema financeiro hegemônico não quis chegar.

Nada disso, porém, com protagonismo isolado. A Credivertentes apresentou as ideias, uma filosofia humanista e os benefícios do crescimento em comunidade. Os integrantes desses locais, nesse momento, responderam com “SIM”. Se associaram. Abraçaram a participação ativa em tomadas de decisões. Tornaram-se donos, coletivamente, de uma instituição que não visa lucros, mas sustentabilidade, partilha e desenvolvimento “em casa”.

É assim então, como uma grande família, que juntos transformamos realidades e fazemos nossas moradas, mesmo que distribuídas em diferentes partes do mapa, melhores. Com 16 Pontos de Atendimento em 16 municípios da região, a Credi fechou 2016 com uma lista de incentivos e suportes financeiros em atividades rurais, tecnológicas, sociais, culturais, esportivas e de saúde.

Neste relatório, além de apresentar um balanço econômico do que significou abraçar essas causas, a cooperativa mostra a você, com o material em mãos, as transformações operadas com a sua participação. Você foi protagonista de tudo o que aconteceu. A você deixamos nosso agradecimento. E o convite para que, em 2017, siga conosco fazendo história.

Boa leitura.

AGROPECUÁRIA



Cooperativismo com C de *capacitar*

No ano em que comemorou 30 anos de existência, a Credivertentes celebrou ainda outra marca: a de 10 edições do *Gestão de Qualidade no Campo (GQC)*, programa implementado na região graças a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). E exatamente nesse momento, a iniciativa voltou a acontecer em São Tiago, primeiro município a recebê-la no início dos anos 2000.

Com essa marca, o *GQC* chegou a 200 produtores rurais atendidos ao longo dos anos. A iniciativa de aperfeiçoamento é baseada em oito módulos de estudo voltados a administração e empreendedorismo. Todos distribuídos em um trimestre consolidado, ainda, pela elaboração de planos de negócios e consultorias *in loco* sob a coordenação do médico-veterinário Bernardo Barros.

Esse trabalho também conta, atualmente, com a implementação de duas unidades demonstrativas em empresas rurais da região. Ambas sediadas em propriedades transformadas por ações do *GQC*: uma em Itutinga e outra em Nazareno.



O *Balde Cheio* também continua e, hoje, cerca de 30 empresários rurais são assistidos pelo programa. Através dele, produtores são capacitados sobre tecnologias e estratégias sustentáveis de aprimoramento no setor leiteiro. Tudo isso sob acompanhamento do técnico-consultor Victor César de Moura Júnior.

A iniciativa foi desenvolvida pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) no final do anos 90 e chegou ao Campo das Vertentes em 2011 numa parceria entre a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg) e a Credi.

Foi dentro dessa proposta, aliás, que em março e abril de 2016 cerca de 20 pecuaristas participaram de imersões em visitas e propriedades de Recreio, na Microrregião de Cataguases; e Senhora dos Remédios, a 50km de Barbacena.

Já em agosto, marcaram presença no *III Encontro Mineiro do Programa Balde Cheio*, em Belo Horizonte, comemorando seu 10º ano em Minas Gerais.

CIDADANIA



Cooperativismo com C de *cuidar*

Nossos 120 colaboradores e milhares de associados se mobilizaram para somar forças e multiplicar boas ações. O resultado, mais do que positivo, foi fazer a diferença para a Associação de Amparo a Pacientes com Câncer (Asapac) em um novo modelo de *Dia de Cooperar (Dia C)*. Em 2016, a ideia das ruas de lazer foi substituída por apoio e atendimento de demandas a uma instituição regional. Através de campanha de arrecadação, a Credivertentes angariou mais de 3 mil litros de leite Longa Vida para a entidade, que atende aproximadamente 230 pessoas. Os mantimentos foram utilizados para compor cestas básicas e se somaram à entrega de um carro 0km também doado pela cooperativa para auxílio em visitas domiciliares.

Destaque, ainda, para o 7º *Natal Solidário*, que envolveu mais de 20 instituições ou famílias do Campo das Vertentes, beneficiando diretamente pelo menos 500 pessoas.

Parte delas em Mercês de Água Limpa, onde pais e filhos foram acolhidos e tiveram alguns sonhos de Natal realizados. Além de uma ceia especial preparada para os membros da casa, foram montadas cestas básicas e dado total apoio para a solução de impasses envolvendo cadastramentos e documentos. Já em São Tiago a escolha foi pelo Oratório Coração de Jesus, entidade que atende mais de cem crianças. No poliesportivo do município, baixinhos e seus familiares foram recebidos com dois carrinhos de pipoca, mais de 750 cachorros quentes, 300 sacolinhas surpresas, centenas de brinquedos, algodão doce e brincadeiras.



Outra instituição abraçada em 2016, provando que na prática todo dia é dia de cooperar, foi a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Em São Tiago, a entidade desenvolveu ao longo do ano o projeto *Reciclarte Oficinas*, baseado em atividades de autocuidado, artesanato, música e até mesmo agroecologia. Tudo para motivar o desenvolvimento de habilidades e a inclusão social dos assistidos pelo grupo.

Uma das apostas no cronograma foi o reaproveitamento de materiais recicláveis para criar peças artesanais, além de pesquisa para resgate de tradições variadas e atividades lúdicas.



Cooperativismo com C de *conhecer*

Conhecer é sinônimo de *resgatar a memória* para a Credivertentes. E foi pensando nisso que a cooperativa fechou mais um ano unindo forças ao Instituto Educacional São Tiago Apóstolo.

Através dessa parceria já antiga, a biblioteca da entidade é assistida na remuneração do colaborador que atende o público e na assistência para todas as atividades que garantem o funcionamento desse espaço cultural.

Dentre elas a manutenção de um banco de dados para catalogar, organizar, mapear e preservar todo seu acervo de materiais impressos acumulados em aproximadamente 30 anos de atividades - incluindo livros, documentos, jornais antigos e outras publicações raras com origem na cidade.

Nossa cooperativa também foi instituição apoiadora da maratona de *Aulas Práticas Integradas de Campo (APIC)*. A iniciativa é organizada pelo Centro de extensão da Escola de Veterinária da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e envolveu 40 alunos de graduação interagindo com empreendedores de 25 propriedades rurais de São Tia-

go e adjacências. Nos encontros, houve estudo de campo, consultoria e debates técnicos visando aperfeiçoar desempenhos.

Destaque, ainda, para a participação da Credivertentes como incentivadora do *Programa de Melhoria da Qualidade Genética do Rebanho Bovino de Minas Gerais (Pró-Genética)*, realizado em junho no município de Itutinga. O evento foi balizado pela Associação Brasileira de Criadores de Zebu (ABCZ).

Em Barbacena, fomos apoiadores do *Sistemas Integrados de Manejo na Produção Agrícola (Simpas)*, evento tradicional que já passou por mais de 65 municípios em 15 estados brasileiros atraindo mais de 10 mil pessoas. A proposta recebe aval da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef); da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG); da Associação Brasileira de Sementes e Mudanças (Abrasem); do International Plant Nutrition Institute (IPNI) e da Associação Nacional para Difusão de Adubos (ANDA).





Cooperativismo com C de *crescer*

2016 foi tempo de registros e publicações na Credivertentes. Algo recorrente no calendário e na agenda da cooperativa. No entanto, no ano passado, além de ganhar um livro próprio, algo mudou na rotina de impressos: todos os materiais passaram a ser disponibilizados, também, em suporte online, seguindo costume já implementado para o *Sabores & Saberes*. Em dezembro, o boletim chegou ao número 112 acumulando 144 páginas nas últimas 12 edições. Todas repletas de contos, causos, pesquisas, relatos históricos, resgate memorial.

Nosso Informativo trimestral, excepcionalmente com três cadernos, também veio a público com pacote de 32 páginas comportando mais de 40 matérias sobre cooperativismo, empreendedorismo, economia, mercado, serviços e bem-estar.

Ao mesmo tempo, a revista *Vertentes Cultural* chegou ao quarto ano com duas publicações em mais de 80 páginas revisitando os 16 municípios da região e destacando, em todos eles, homens e mulheres que fazem história e inspiram.

Todos esses exemplares podem ser baixados gratuitamente, em versão PDF, no novo portal da nossa cooperativa, o www.credivertentes.com.br.



Destacar talentos regionais como Artesanato e Agricultura também foi receita certa temperada com muito cooperativismo. Isso sem deixar de lado, claro, atividades de cunho religioso mesclando crenças, tradição, história e integração comunitária.

Em Resende Costa, a Credivertentes foi parceira na *Mostra de Artesanato e Cultura* e nas *Festas da Colheita* nas comunidades rurais do município. Perto dali, em São João del-Rei, a parceria foi com a Paróquia da Imaculada Conceição, na Colônia do Marçal.

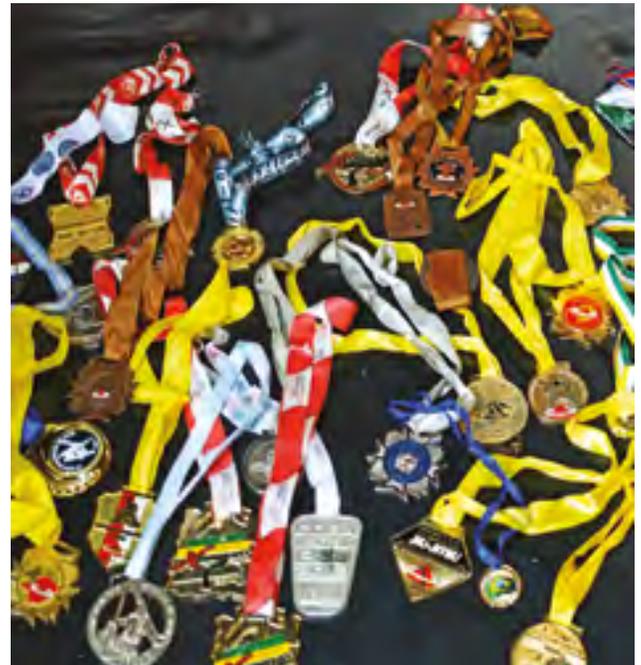
Ao abraçar os três eventos, a cooperativa impulsionou o resgate de tradições e a visibilidade de grandes realizações comunitárias. Com isso, colocou em prática princípios básicos do cooperativismo no apoio a quem empreende e mantém existindo “o melhor de casa”. Ponto para o Turismo, ponto para a Economia, ponto para a História que continua acontecendo – e se renovando.



Cooperativismo com C de *campeão*

Há quase seis anos, a Credivertentes é patrocinadora oficial de um gigante. Estamos falando do faixa-preta de Jiu-Jitsu Fábio Ribeiro da Costa. Mas isso não se limita ao tamanho do atleta.

Fabinho, como é conhecido, é gigante pelas conquistas nos tatames nacionais e internacionais, pelo empenho em elevar a prática da arte marcial em São Tiago (tornando o município um representante potente do esporte) e na dedicação a um projeto social que beneficia, hoje, mais de 50 crianças e adultos na Terra do Café Com Biscoito que, aos poucos, se transforma também em Terra de Campeões.





Cooperativismo com C de *contar* *histórias*

Uma figura apareceu em todas as narrações sobre os primeiros anos do Sicoob Credivertentes, a maior cooperativa da região: o “homem engravatado do Banco Central (BC)”. O porquê exato de ele ser lembrado com tanta frequência só Freud explica. Mas fato é que o representante do BC simbolizou uma tentativa frustrada de fechar a instituição creditícia aberta no interior mineiro, por 22 empreendedores, em 1986.

Não conseguiu. Prova disso é o título do livro comemorativo lançado pela Credi em 26 de agosto: *Sicoob Credivertentes, 30 anos – de portas sempre abertas*. A publicação marca, ainda, o início da *Coleção Vertentes Cultural*, com segundo volume programado para os próximos meses com pesquisa da historiadora e professora Edriana Nolasco.

O projeto prevê o resgate de materiais históricos e autorais de personalidades do Campo das Vertentes, primando por registrar, oficialmente, a memória local.





Cooperativismo com C de *conscientizar*

O cooperativismo só fez história porque, no passado, cidadãos de coragem plantaram as primeiras sementes dele em Rochdale. Para colher frutos hoje, foi preciso regá-las ao longo das gerações. É exatamente isso o que a Credi-vertentes faz agora, incentivando não apenas o bem-estar de seus associados, mas também daqueles que, um dia, garantirão a continuidade de filosofias humanistas, voltadas ao crescimento comunitário.

Em 2016, nossa cooperativa foi parceira do *Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd)*, realizado pela Polícia Militar e com público focado em estudantes do Ensino Fundamental. Tudo isso em parceria com escolas e famílias nas cidades de Madre de Deus de Minas, Coronel Xavier Chaves e Ritópolis.



Outubro e Novembro foram meses oficiais de prevenção, cuidado e atenção. Isso porque a Credi-vertentes aderiu à campanha mundial do *Outubro Rosa*, que promove alerta e conscientização sobre o Câncer de Mama. Na folhinha seguinte do calendário, a pauta foi sobre o Câncer de Próstata durante o *Novembro Azul*.

Para discutir ambos os temas, tirar dúvidas em comunidade e se aproximar ainda mais do público, a Credi convidou profissionais de saúde para papos abertos e esclarecedores em Resende Costa e Alfredo Vasconcelos.



Cooperativismo com C de *comunidade*

Mãos à obra, também, na Paróquia de Nossa Senhora Mãe de Deus, em Madre de Deus de Minas, onde o Salão Paroquial foi reformado também com respaldo da cooperativa. Já em São Tiago a parceria foi junto ao Hospital São Vicente de Paulo, que realizou seu tradicional *Vicentão Sertanejo* em novembro.

O objetivo da festa é angariar recursos para auxiliar no funcionamento da Casa de Saúde. Todos os custos do evento foram cobertos pela Credi, garantindo que as arrecadações da noite pudessem ser 100% direcionadas e aplicadas a atividades cotidianas e projetos da instituição.

Algo semelhante aconteceu em Prados, onde nossa cooperativa foi parceira da Associação Municipal de Apoio ao Idoso (AMAI) no *II Leilão Beneficente da entidade*. A ação foi marcada pela venda de bezerros e animais de pequeno porte, além de artesanato, no Parque de Exposições.



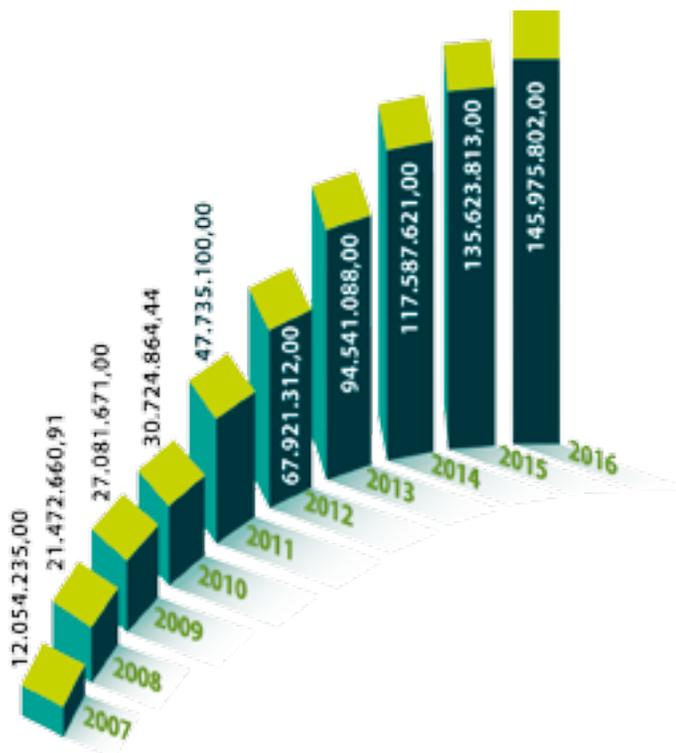
Residentes e pequenos produtores do povoado do Içara, em São Tiago, ganharam impulso em abastecimento de água, qualidade de vida e cultura agrícola com a instalação de um poço semi-artesiano por ali.

O projeto da estrutura foi desenvolvido de forma participativa dentro da comunidade e contou com apoio da Crediverentes no final de 2015 para realização das obras em 2016.

EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DO SICOOB CREDIVERTENTES



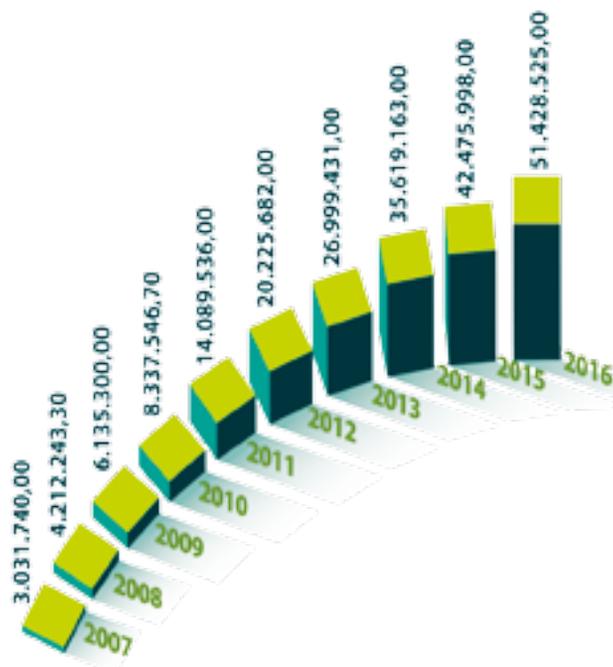
Operação de Crédito



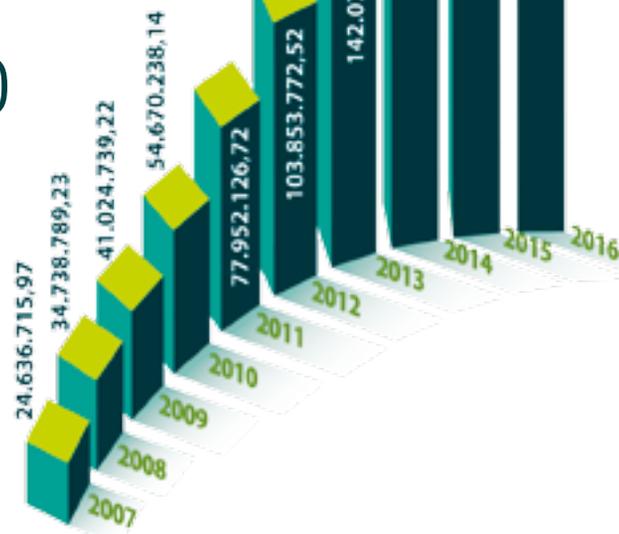
Depósito



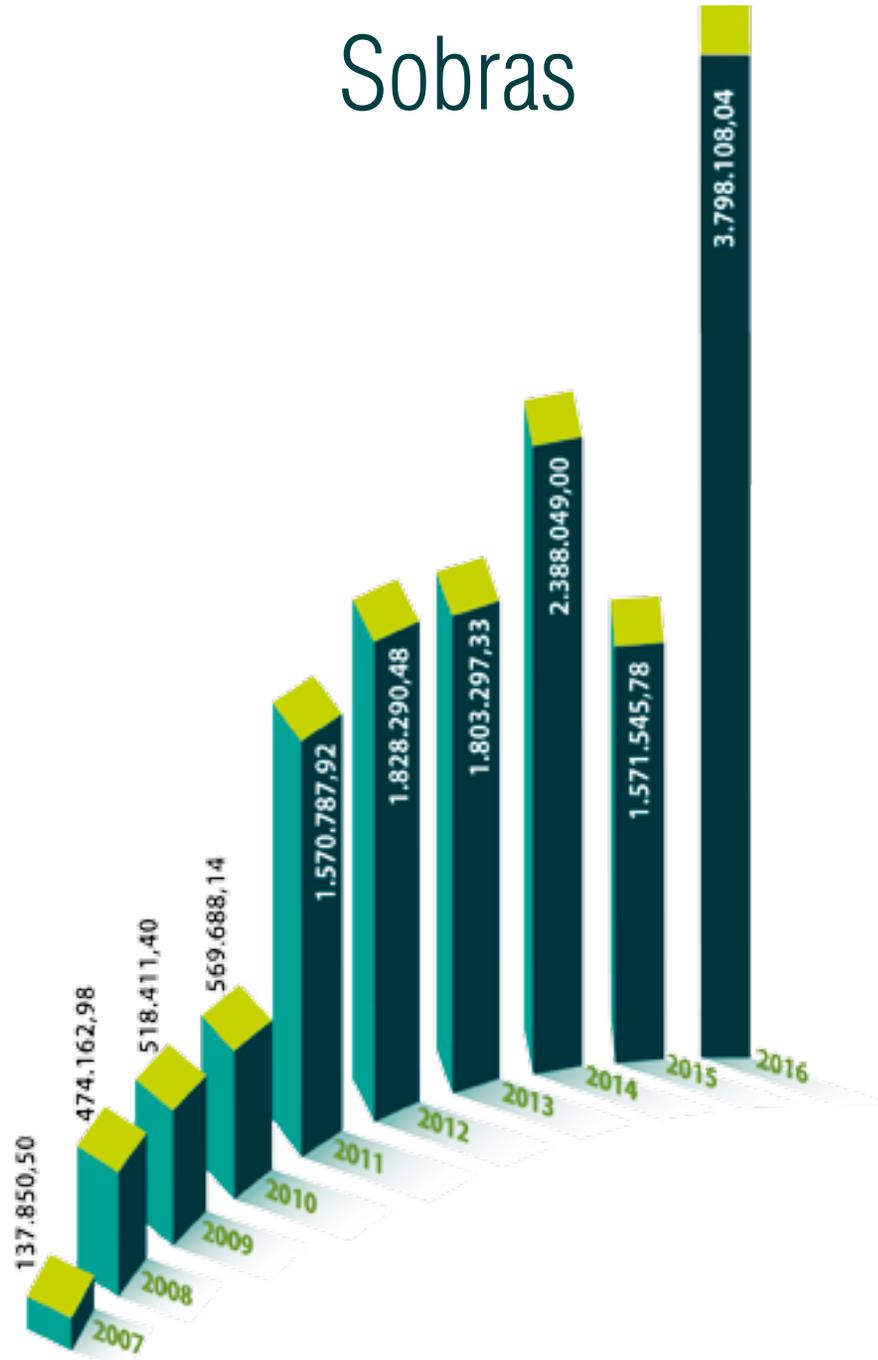
Patrimônio Líquido



Ativo



Sobras



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 31/12/2016 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda. – SICOOB CREDIVERTENTES, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2016 o SICOOB CREDIVERTENTES completou 30 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2016, o SICOOB CREDIVERTENTES obteve um resultado de R\$5.134.322,66, positivo representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 9,98%. Isso antes do pagamento de juros ao capital no valor de R\$1.336.214,22. O resultado após essa dedução foi de R\$3.798.108,04.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$100.562.355,74. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$151.208.595,66.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$75.958.202,92	50,23%
Carteira Comercial	R\$75.250.392,74	49,77%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 21,80% da carteira, no montante de R\$32.963.572,72.

4. Captação

As captações, no total de R\$150.144.688,34, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 19,38%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 31.296.320,07	20,84%
Depósitos a Prazo	R\$118.848.368,27	79,16%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/2016 o percentual de 14,92% da captação, no montante de R\$22.399.733,17.

5. Recursos e Aceites Emissão de Títulos (LCA)

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados.

(Lei nº 11.076 de 30/12/2004).

Emissão de Títulos (LCA)	R\$27.609.351,86	100,00%
--------------------------	------------------	---------

6. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB CREDIVERTENTES na data base de 31/12/2016 alcançou o valor de R\$51.426.520,86, deduzindo os ajustes prudenciais conforme DLO 12/2016 no valor de R\$3.047.779,75 passa a ser de R\$48.378.741,11, apresentando um crescimento de 21,92% em relação ao ano anterior. O quadro de associados atingiu o número de 15.729 Cooperados, havendo um acréscimo de 7,84% em relação ao exercício anterior.

7. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

A Singular passou a utilizar-se dos serviços prestados pela Cobrança Centralizada do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, visando padronizar os procedimentos de cobrança de créditos de difícil recuperação.

O SICOOB CREDIVERTENTES adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99, havendo uma concentração de 92,24% nos níveis de “A” a “C”.

8. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembléia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado diretamente pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que, por sua vez, faz as auditorias internas.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

9. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária (AGO) 2016, com mandato até a AGO de 2019, o Conselho Fiscal tem função de fiscalizar, assídua e minuciosamente à Administração da Cooperativa. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual. Em 2016, todos os membros efetivos do Conselho Fiscal participaram de um curso de formação ministrado pelo SICCOB CENTRAL CREDIMINAS, com o objetivo de detalhar as responsabilidades dos conselheiros fiscais e as formas de exercê-las.

10. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICCOB CREDIVERTENTES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB CONFEDERAÇÃO. E todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

11. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICCOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

Durante o ano de 2016, a Ouvidoria do SICCOB CREDIVERTENTES registrou 11 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 11 reclamações, 08 foi considerada procedente esclarecida e resolvida dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para a parte envolvida, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. E quanto às outras 03 restantes foram consideradas como improcedente.

12. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCOOP

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCOOP tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução nº 4.150, de 30.10.2012, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução/CMN nº 4.284, de 05/11/2013, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas

pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCOOP pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular 3.700, de 06/03/2014.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

São Tiago – MG 02 fevereiro de 2017.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.

SICOOB CREDIVERTENTES

João Pinto de Oliveira
Presidente do Conselho de Administração

Paulo Melo
Vice Presidente do Conselho de Administração

Alexandre Nunes Machado Chaves
Conselheiro de Administração

Antônio Vicente de Andrade
Conselheiro de Administração

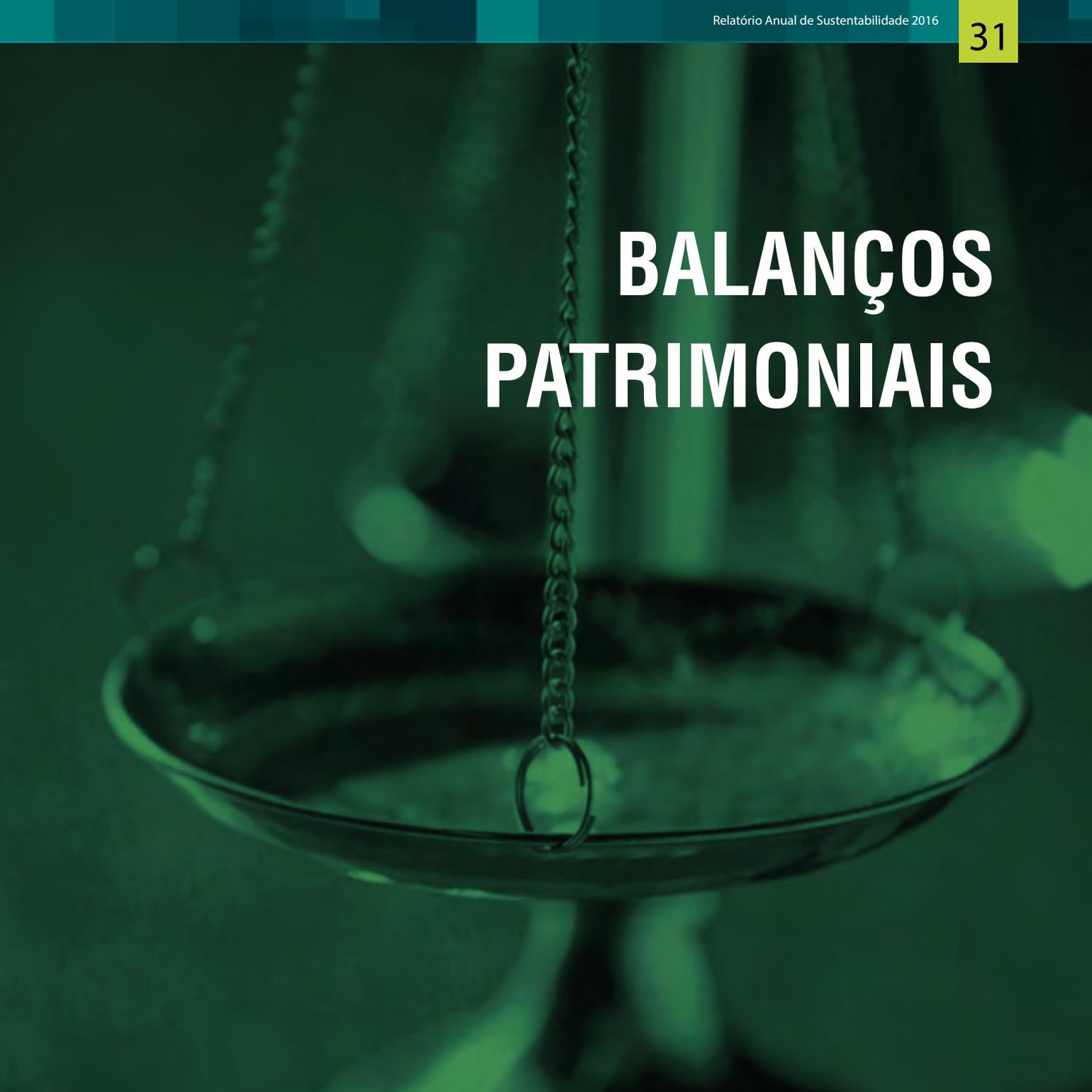
Helder Daher José Chaves
Conselheiro de Administração

Fabiana Andréia F. Dielle Barros de Oliveira
Conselheira de Administração

Renivaldo Renato Bageto
Conselheiro de Administração

Jasminor Martins Vivas
Diretor Executivo Administrativo

Luiz Henrique Garcia
Diretor Executivo Financeiro



BALANÇOS PATRIMONIAIS

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.
SICOOB CREDIVERTENTES
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015
(Valores expressos reais – R\$)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	192.837.933,49	160.702.231,51
Disponibilidades	1.705.433,71	1.358.696,39
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 5)	6.279.312,09	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	6.279.312,09	-
Relações Interfinanceiras (Nota 4)	100.562.355,74	80.410.368,67
Centralização Financeira - Cooperativas	100.562.355,74	80.410.368,67
Operações de Crédito (Nota 6)	81.165.409,64	76.833.604,74
Operações de Crédito	86.398.203,08	81.989.313,74
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(5.232.793,44)	(5.155.709,00)
Outros Créditos (Nota 7)	1.420.422,87	1.258.723,68
Créditos por Avals e Fianças Honrados	40.231,53	13.415,64
Rendas a Receber	1.200.404,61	1.070.910,34
Diversos	206.477,67	180.837,90
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26.690,94)	(6.440,20)
Outros Valores e Bens (Nota 8)	1.704.999,44	840.838,03
Outros Valores e Bens	1.601.587,21	810.750,00
Despesas Antecipadas	103.412,23	30.088,03
Realizável a Longo Prazo	65.633.742,79	59.500.657,42
Operações de Crédito (Nota 6)	64.810.392,58	58.790.208,47
Operações de Crédito	64.810.392,58	58.790.208,47
Outros Créditos (Nota 7)	823.350,21	710.448,95
Diversos	823.350,21	710.448,95
Permanente	8.766.293,59	7.495.971,05
Investimentos (Nota 9)	5.717.009,14	4.980.704,20
Participações em Cooperativas	5.717.009,14	4.980.704,20
Imobilizado em Uso (Nota 10)	3.045.635,19	1.793.134,65
Imóveis de Uso	505.343,45	416.551,90
Outras Imobilizações de Uso	4.835.700,06	2.964.283,48
(Depreciações Acumuladas)	(2.295.408,32)	(1.587.700,73)
Intangível (Nota 11)	3.649,26	4.932,54
Ativos Intangíveis	6.416,42	6.416,42
(Amortização Acumulada)	(2.767,16)	(1.483,88)
Diferido	-	717.199,66
Gastos de Organização e Expansão	-	1.072.832,38
(Amortização Acumulada)	-	(355.632,72)
TOTAL DO ATIVO	267.237.969,87	227.698.859,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.
SICOOB CREDIVERTENTES
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	193.201.904,56	173.312.098,67
<u>Depósitos (Nota 12)</u>	150.144.688,34	125.775.293,39
Depósitos à Vista	31.296.320,07	26.473.984,69
Depósitos a Prazo	118.848.368,27	99.301.308,70
<u>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos (Nota 13)</u>	27.609.351,86	19.883.420,88
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	27.609.351,86	19.883.420,88
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 14)</u>	5.456.450,04	20.757.148,40
Repasse Interfinanceiros	5.456.450,04	20.757.148,40
<u>Relações Interdependências (Nota 15)</u>	5.271.659,22	2.752.279,78
Recursos em Trânsito de Terceiros	5.271.659,22	2.752.279,78
<u>Outras Obrigações (Nota 16)</u>	4.719.755,10	4.143.956,22
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	36.202,44	33.747,23
Sociais e Estatutárias	2.364.859,74	1.679.921,64
Fiscais e Previdenciárias	570.231,65	486.913,05
Diversas	1.748.461,27	1.943.374,30
Exigível a Longo Prazo	22.607.539,75	11.910.763,03
<u>Relações Interfinanceiras (Nota 14)</u>	21.784.107,72	11.184.688,50
Repasse Interfinanceiros	21.784.107,72	11.184.688,50
<u>Outras Obrigações (Nota 16)</u>	823.432,03	726.074,53
Diversas	823.432,03	726.074,53
Patrimônio Líquido (Nota 18)	51.428.525,56	42.475.998,28
<u>Capital Social</u>	31.470.603,22	29.492.273,25
De Domiciliados no País	31.607.752,49	29.788.596,38
(Capital a Realizar)	(137.149,27)	(296.323,13)
<u>Reserva de Lucros</u>	16.159.814,30	11.412.179,25
<u>Sobras Acumuladas</u>	3.798.108,04	1.571.545,78
TOTAL	267.237.969,87	227.698.859,98

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.

SICOOB CREDIVERTENTES

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Receitas (Ingressos) da Intermediação Financeira	16.931.626,31	32.833.542,34	26.383.749,16
Operações de Crédito	16.900.125,57	32.802.041,60	26.383.749,16
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	31.500,74	31.500,74	-
Despesas (Dispêndios) da Intermediação Financeira	(11.905.306,74)	(21.999.871,16)	(19.369.455,95)
Operações de Captação no Mercado	(9.317.227,14)	(17.439.873,07)	(13.974.603,17)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(1.107.028,38)	(2.152.860,78)	(1.797.859,39)
Provisão para Operações de Créditos	(1.481.051,22)	(2.407.137,31)	(3.596.993,39)
Resultado Bruto Intermediação Financeira	5.026.319,57	10.833.671,18	7.014.293,21
Outras Receitas / Despesas (Ingressos / Dispêndios) Operacionais	785.661,39	1.059.157,85	(998.988,58)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços	869.933,18	1.688.995,83	1.511.187,18
Rendas (Ingressos) de Tarifas Bancárias	1.969.433,47	3.838.971,70	3.170.508,89
Despesas (Dispêndios) de Pessoal	(4.862.867,40)	(9.216.759,20)	(7.915.618,64)
Outras Despesas (Dispêndios) Administrativas	(4.092.472,91)	(8.219.212,17)	(7.302.281,27)
Despesas (Dispêndios) Tributárias	(63.524,50)	(153.476,96)	(122.667,45)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	6.938.413,06	12.616.135,36	9.332.274,71
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais (Nota 21)	665.164,75	1.671.657,20	1.332.256,30
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais (Nota 22)	(638.418,26)	(1.167.153,91)	(1.004.648,30)
Resultado Operacional	5.811.980,96	11.892.829,03	6.015.304,63
Resultado Não Operacional (Nota 23)	(27.024,02)	(55.319,05)	88.424,08
Resultado Antes da Tributação/Participações	5.784.956,94	11.837.509,98	6.103.728,71
Imposto de Renda sobre Atos Não Cooperativos	(97.016,86)	(178.117,23)	(171.279,69)
Contribuição Social sobre Atos Não Cooperativos	(78.000,83)	(140.829,92)	(124.240,36)
Participação no Lucro (Sobra)	(330.022,84)	(687.078,51)	(261.649,22)
Sobras / Perdas antes das Destinações	5.279.916,41	10.831.484,32	5.546.559,44
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO 18.d	-	(5.697.162,06)	(2.827.481,39)
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	(949.527,01)	(863.049,16)
Reserva Legal	-	(4.747.635,05)	(1.964.432,23)
LUCRO/PREJUÍZO(SOBRA/PERDA) LÍQUIDO	5.279.916,41	5.134.322,26	2.719.078,05
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(701.315,87)	(1.336.214,22)	(1.147.532,27)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.

SICOOB CREDIVERTENTES

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Legal	Sobras ou Perdas Acumuladas	
Saldo em 31/12/2014	25.671.773,37	(43.945,51)	7.894.993,08	2.388.049,22	35.910.870,16
Constituição de Reservas			1.552.753,94	(1.552.753,94)	
Ao Capital	835.295,28			(835.295,28)	
Por Subscrição/Realização	3.926.673,35	(252.377,62)			3.674.295,73
Por Devolução (-)	(1.760.433,94)				(1.760.433,94)
Sobras ou Perdas Líquidas				5.546.559,44	5.546.559,44
Remuneração de Juros ao Capital					
Provisão de Juros ao Capital				(1.147.532,27)	(1.147.532,27)
Integralização de Juros ao Capital	1.136.623,15				1.136.623,15
IRRF Sobre Juros ao Capital	(21.334,83)				(21.334,83)
FATES - Atos Não Cooperativos				(470.162,71)	(470.162,71)
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios					
Fundo de Reserva			1.964.432,23	(1.964.432,23)	
FATES				(392.886,45)	(392.886,45)
Saldo em 31/12/2015	29.788.596,38	(296.323,13)	11.412.179,25	1.571.545,78	42.475.998,28
Saldo em 31/12/2015	29.788.596,38	(296.323,13)	11.412.179,25	1.571.545,78	42.475.998,28
Ao Capital	1.569.115,29			(1.569.115,29)	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados				(2.430,49)	(2.430,49)
Por Subscrição/Realização	1.253.782,88	159.173,86			1.412.956,74
Por Devolução (-)	(2.298.264,86)				(2.298.264,86)
Sobras ou Perdas Líquidas				10.831.484,32	10.831.484,32
Remuneração de Juros ao Capital (Nota 20)					
Provisão de Juros ao Capital				(1.336.214,22)	(1.336.214,22)
Integralização de Juros ao Capital	1.324.788,70				1.324.788,70
IRRF Sobre Juros ao Capital	(30.265,90)				(30.265,90)
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios					
Fundo de Reserva			4.747.635,05	(4.747.635,05)	
FATES				(949.527,01)	(949.527,01)
Saldo em 31/12/2016	31.607.752,49	(137.149,27)	16.159.814,30	3.798.108,04	51.428.525,56
Saldo em 30/06/2016	30.614.831,50	(130.364,03)	11.412.179,25	4.916.669,56	46.813.316,28
Por Subscrição/Realização	361.640,46	(6.785,24)			374.855,22
Por Devolução (-)	(683.242,27)				(683.242,27)
Sobras ou Perdas Líquidas				5.279.916,41	5.279.916,41
Provisão de Juros ao Capital				(701.315,87)	(701.315,87)
Integralização de Juros ao Capital	1.324.788,70				1.324.788,70
IRRF Sobre Juros ao Capital	(30.265,90)				(30.265,90)
Destinação das Sobras aos Fundos Obrigatórios					
Fundo de Reserva			4.747.635,05	(4.747.635,05)	
FATES				(949.527,01)	(949.527,01)
Saldo em 31/12/2016	31.607.752,49	(137.149,27)	16.159.814,30	3.798.108,04	51.428.525,56

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.

SICOOB CREDIVERTENTES

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Valores expressos reais – R\$)

DESCRIÇÃO	2º Semestre de 2016	31/12/2016	31/12/2015
Atividades Operacionais			
Sobra / Perda do Exercício Antes da Tributação	5.784.956,94	11.837.509,98	6.103.728,71
IRPJ / CSLL	(175.017,69)	(318.947,15)	(295.520,05)
Participações no Lucro(Sobra)	(330.022,84)	(687.078,51)	(261.649,22)
Provisão para Operações de Crédito	757.933,18	77.084,44	454.949,55
Provisão de Juros ao Capital	(701.315,87)	(1.336.214,22)	(1.147.532,27)
Depreciações e Amortizações	220.488,55	439.679,09	448.430,13
	5.557.022,27	10.012.033,63	5.302.406,85
Aumento (Redução) em Ativos Operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(6.279.312,09)	(6.279.312,09)	
Operações de Crédito	(5.178.743,97)	(10.429.073,45)	(17.253.146,76)
Outros Créditos	69.781,23	(274.600,45)	(495.621,41)
Outros Valores e Bens	(419.466,54)	(664.161,41)	(72.888,99)
Aumento (Redução) em Passivos Operacionais			
Depósitos a Vista	(626.299,03)	4.822.335,38	3.778.129,83
Depósitos sob Aviso	(36.818,95)	44.644,71	32.638,53
Depósitos a Prazo	8.368.586,69	19.502.414,86	7.770.873,93
Recursos Letras Imob, Hipotec, Créd Similares	2.125.736,30	7.725.930,98	13.069.066,56
Outras Obrigações	(27.219,85)	661.730,86	(2.060.146,07)
Relações Interdependências	4.984.309,15	2.519.379,44	3.862.833,25
Relações Interfinanceiras	(1.141.142,33)	(4.701.279,14)	2.641.688,39
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	7.396.432,88	22.740.043,32	16.575.834,11
Atividades de Investimentos			
Alienação de Imobilizações de Uso	1.703,52	2.140,23	
Aplicação no Intangível			(4.850,00)
Inversões em Imobilizado de Uso	(507.164,89)	(1.010.163,07)	(564.119,28)
Inversões em Investimentos	(557.637,05)	(736.304,94)	(335.923,05)
Outros Ajustes	834,66	34.326,15	25.496,78
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(1.062.263,76)	(1.710.001,63)	(879.395,55)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	374.855,22	1.412.956,74	3.674.295,73
Devolução de Capital à Cooperados	(683.242,27)	(2.299.264,86)	(1.760.433,94)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(2.430,49)	
FATES - Resultado de Atos Não Cooperativos			(470.162,71)
FATES Sobras Exercício	(949.527,01)	(949.527,01)	(392.886,45)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	11.425,52	11.425,52	10.909,12
Subscrição dos Juros ao Capital	1.324.788,70	1.324.788,70	1.136.623,15
IRRF sobre Juros ao Capital	(30.265,90)	(30.265,90)	(21.334,83)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	48.034,26	(531.317,30)	2.177.010,07
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	6.382.203,38	20.498.724,39	17.873.448,63
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	95.885.586,07	81.769.065,06	63.895.616,43
No Fim do Período	102.267.789,45	102.267.789,45	81.769.065,06
Variação Líquida das Disponibilidades	6.382.203,38	20.498.724,39	17.873.448,63

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.
SICOOB CREDIVERTENTES
CNPJ - 22.724.710/0001-05**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

(Valores expressos em reais, exceto quando especificado)

1. Contexto operacional

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda. - SICOOB CREDIVERTENTES é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27/08/1986, filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. – SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/09, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/15, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIVERTENTES possui 16 Postos de Atendimento – (PA), nas seguintes localidades: São Tiago, Mercês de Água Limpa, Conceição da Barra de Minas, Ritópolis, Resende Costa, Coronel Xavier Chaves, São João Del Rei, Dolores de Campos, Prados, Nazareno, Itutinga, Barbacena, Morro do Ferro, Ibertioga, Madre de Deus de Minas e Alfredo Vasconcelos.

O SICOOB CREDIVERTENTES tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (I) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (II) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (III) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 15/02/2012 ocorreu à transformação do SICOOB CREDIVERTENTES para entidade de “Livre Admissão de Associados”; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 09/04/2012.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pelo Conselho de administração em sua reunião realizada em 02 de fevereiro de 2017.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11;

CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11 e CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações financeiras são registradas pelo montante aplicado até a data de vencimento, acrescidos de rendimentos auferidos até a data do balanço ajustado ao valor de mercado, quando aplicável.

c) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

d) Provisão para operações de crédito

É constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a

receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

A Resolução CMN nº 2.682/99 estabeleceu os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, sendo AA o risco mínimo e H o risco máximo.

e) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

f) Investimentos

São representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

g) Imobilizado

Os equipamentos de processamento de dados, os móveis, os utensílios entre outros equipamentos, as instalações, as edificações, os veículos, as benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros e os softwares são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas em nota específica abaixo, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico. Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros e são amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

i) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

j) Valor recuperável de ativos – “impairment”

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “impairment”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, que são os líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido, assim como das despesas a apropriar referentes aos encargos contratados até o fim do contrato, quando calculáveis.

l) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

m) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícito como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

n) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou de outro instrumento fundamentado em lei, as quais a Cooperativa tem por diretriz.

p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores há 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

q) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.

s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e depósitos bancários	1.705.433,71	1.358.696,39
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (a)	100.562.355,74	80.410.368,67
Total	102.267.789,45	81.769.065,06

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOB CENTRAL CREDIMINAS conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

5. Aplicações interfinanceiras de Liquidez

Composição por tipo de aplicação e vencimento

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (a)	-	4.855.205,53	1.424.106,56	6.279.312,09
Total		4.855.205,53	1.424.106,56	6.279.312,09

(a) Refere-se à aplicação para garantias de operações de crédito para lastro junto LCA.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	272.298,06	-	272.298,06	212.783,76
Cheque Especial / Conta Garantida	2.675.637,79	-	2.675.637,79	2.324.172,29
Empréstimos	19.701.838,75	26.004.162,50	45.706.001,25	35.427.638,91
Financiamentos	7.725.551,66	9.097.444,13	16.822.995,79	18.850.252,14
Títulos Descontados	9.773.459,85	-	9.773.459,85	8.294.576,23
Financiamento Rural Próprio	27.643.789,01	20.962.230,77	48.606.019,78	45.088.579,66
Financiamento Rural Repasses	18.605.627,96	8.746.555,18	27.352.183,14	30.581.519,22
(-) Provisão Perda com Operações de Crédito	(5.232.793,44)	-	(5.232.793,44)	(5.155.709,00)
Total	81.165.409,64	64.810.392,58	145.975.802,22	135.623.813,21

A partir de março de 2015 ocorreu à implantação da nova Plataforma de Risco de Crédito – PRC que contém um conjunto de 14 (quatorze) metodologias para avaliação de risco de tomadores e do risco das operações de crédito, em consonância com o preconizado na Resolução CMN nº 2.682/99. Desde então, as cooperativas podem utilizar a PRC para subsidiar as suas decisões de crédito. A avaliação de risco das operações é feita com base em Estimação de Perdas (PE) e parte da combinação do risco do tomador (PD – Probabilidade de Descumprimento) com o componente de risco Perda Dado o Descumprimento (LGD, em inglês), que é definido em função das garantias vinculadas.

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015		
AA	-	Normal	5.907.788,10	-	9.252.332,24	-
A	0,5%	Normal	88.410.904,23	442.054,58	70.404.355,61	352.021,87
B	1%	Normal	33.132.785,67	331.327,90	41.236.954,76	412.369,66
B	1%	Vencidas	1.137.950,95	11.379,51	980.751,10	9.807,51
C	3%	Normal	8.475.063,74	254.251,94	9.023.536,74	270.706,18
C	3%	Vencidas	2.408.605,71	72.258,18	2.207.972,19	66.239,18
D	10%	Normal	2.628.701,09	262.870,14	1.185.261,13	118.526,15
D	10%	Vencidas	1.871.068,80	187.106,90	1.087.742,84	108.774,31
E	30%	Normal	2.648.334,74	794.500,52	1.060.251,31	318.075,48
E	30%	Vencidas	1.833.951,03	550.185,38	669.646,32	200.893,95
F	50%	Normal	81.490,36	40.745,19	111.547,44	55.773,74
F	50%	Vencidas	469.160,37	234.580,21	212.200,05	106.100,05
G	70%	Normal	141.569,18	99.098,44	217.242,67	152.069,91
G	70%	Vencidas	362.623,91	253.836,77	484.589,65	339.212,85
H	100%	Normal	563.370,87	563.370,87	429.673,63	429.673,73
H	100%	Vencidas	1.135.226,91	1.135.226,91	2.215.464,53	2.215.464,53
Total Normal	141.990.007,98	2.788.219,58	132.921.155,53	2.109.216,61		1.574.701,06
Total Vencido	9.218.587,68	2.444.573,86	7.858.366,68	3.046.492,39		3.126.058,39
Total Geral	151.208.595,66	5.232.793,44	140.779.522,21	5.155.709,00		4.700.759,45
Provisões	(5.232.793,44)		(5.155.709,00)			
Total Líquido	145.975.802,22		135.623.813,21			

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Descrição	Sem Venc.	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	-	7.441.748,04	12.260.090,71	26.004.162,50	45.706.001,25
Títulos Descontados	-	9.255.895,84	517.564,01	-	9.773.459,85
Financiamentos	-	2.068.257,94	5.657.293,72	9.097.444,13	16.822.995,79
Financiamentos Rurais	-	12.394.782,05	33.854.634,92	29.708.785,95	75.958.202,92
Adiantamento Depositante	272.298,06	-	-	-	272.298,06
Cheque Especial e C/G	2.675.637,79	-	-	-	2.675.637,79
Total	2.947.935,85	31.160.683,87	52.289.583,36	64.810.392,58	151.208.595,66

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto e atividade econômica:

Atividade Econômica	Conta Corrente	Crédito Rural	Empréstimo	Títulos Descontados	Total
PESSOA FÍSICA	1.404.409,84	75.958.202,92	39.015.287,74	4.346.372,24	120.724.272,74
SET.PRIV.ATV.EMP. AGROPECUÁRIA	-	-	117.105,71	202.381,36	319.487,07
SET.PRIV.ATV.EMP.COMÉRCIO	642.128,65	-	6.154.972,57	2.172.754,78	8.969.754,78
SET.PRIV.ATV.EMP.INDÚSTRIA	65.034,09	-	1.082.617,45	903.968,64	2.051.620,18
SET.PRIV.I.M.S. Soc. Capit	-	-	170.973,54	-	170.973,54
SET.PRIV.OUTROS SERVIÇOS	831.704,71	-	15.363.839,06	2.144.709,02	18.340.252,79
SET.PRIV.ATV. AGENCIAMENTO.TURISMO	4.658,56	-	21.756,48	-	26.415,04
SET.PRIV.ENT.FILANTROPICAS	-	-	1.896,52	-	1.896,52
SET. PRIV. I.M.S.ENT. AB. P. PRIV	-	-	528.924,90	-	528.924,90
SET.PRIV.COM. ARTE.E.ANTIGUIDADES	-	-	63.610,30	3.273,81	66.884,11
SET.PRIV.INT.FIN.BCOS INVEST	-	-	8.012,77	-	8.012,77
TOTAL	2.947.935,85	75.958.202,92	62.528.997,04	9.773.459,85	151.208.595,66

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	5.155.709,00	4.700.759,45
Constituições/Reversões no período	2.386.886,57	3.599.122,83
Transferência para Prejuízo no período	(2.309.802,13)	(3.144.173,28)
Total	5.232.793,44	5.155.709,00

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	3.560.062,28	2,27%	3.441.628,26	2,44%
10 Maiores Devedores	21.608.082,04	13,77%	20.736.275,19	14,73%
50 Maiores Devedores	52.775.820,68	33,64%	52.893.213,56	37,57%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	4.526.967,84	1.461.443,97
Valor das operações transferidas no período	2.309.802,13	3.144.173,28
Valor das operações recuperadas no período	(1.208.281,17)	(78.649,41)
Total	5.628.488,80	4.526.967,84

h) Receitas de Operações de Crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Rendas de Adiantamentos a depositantes	1.127.157,52	1.053.622,32
Rendas de Empréstimos	12.218.133,59	8.409.357,78
Rendas de Títulos Descontados	2.758.131,23	2.264.149,02
Rendas de Financiamentos	3.917.912,08	4.528.450,17
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	9.133.387,42	8.017.633,52
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações Repassadas	2.250.676,05	1.784.596,13
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.396.643,71	325.940,22
Total	32.802.041,60	26.383.749,16

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças Honradas (a)	40.231,53	13.415,64
Rendas a Receber (b)	1.200.404,61	1.070.910,34
Serviços Prestados a Receber	25.455,78	67.697,47
Outras Rendas a Receber	1.174.948,83	1.003.212,87
Diversos	1.029.827,88	891.286,85
Adiantamentos e Antecipações Salariais	35.486,52	33.154,99
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	-	397,80
Devedores por Depósitos em Garantia (c)	823.350,21	710.448,95
Impostos e Contribuições a Compensar	2.195,07	2.195,07
Títulos e Créditos a Receber (d)	142.581,10	125.989,14
Devedores Diversos – País	26.214,98	19.100,90
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(26.690,94)	(6.440,20)
Total	2.243.773,08	1.969.172,63

a) Refere-se à inadimplência de cartão de crédito;

b) Em Rendas a Receber estão registrados: outras rendas de convênios (25.455,78), receita sobre saldo mantido na Centralização Financeira do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS (1.172.933,72), rendas a receber da previdência social – INSS (2.015,11);

c) Em Devedores por Depósito em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: INSS Cédula de Presença (47.159,27) PIS Faturamento Atos Cooperativos (286.720,76), PIS sobre folha de Pagamento (489.470,18);

d) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados valores a receber de tarifas (142.581,10).

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2015	31/12/2015
Bens Não de Uso Próprio (a)	1.601.587,21	810.750,00
Despesas Antecipadas (b)	103.412,23	30.088,03
Total	1.704.999,44	840.838,03

a) Recebimento de imóvel em dação de pagamento de dívidas, no valor de (488.000,00) em 11/11/2014, em 31/03/2015 (102.000,00), 14/12/2015 (202.000,00), 31/05/2016 (120.000,00), 28/06/2016 (140.000,00), 29/07/2016 (224.000,00), 01/09/2016 (130.000,00) e em 29/12/2016 (176.837,21) recebimento de 01 veículo, no valor de (18.750,00), em dação de pagamento de dívida em 08/04/2015.

b) Em despesas antecipadas é referente a prêmios de seguros (4.713,62), vale refeição e alimentação (80.600,00), fundo de ressarcimento de valores FVR (18.098,61).

9. Investimentos

O saldo é representado, substancialmente, por quotas do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS e ações do BANCOOB, conforme demonstrado:

Movimentação dos investimentos

Descrição	SICOOB CENTRAL CREDIMINAS	BANCOOB	Outros Investimentos	Total
Saldos em 31/12/2014	4.574.708,43	70.072,72	-	4.644.781,15
Investimentos	335.923,05	-	-	335.923,05
Saldos em 31/12/2015	4.910.631,48	70.072,72	-	4.980.704,20
Saldos em 31/12/2015	4.910.631,48	70.072,72	-	4.980.704,20
Investimentos	735.804,94	-	500,00	736.304,94
Saldos em 31/12/2016	5.646.436,42	70.072,72	500,00	5.717.009,14

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2016	31/12/2015
Imobilizações em Curso (a)	-	812.349,45	253.502,69
Terrenos	-	20.446,79	20.446,79
Edificações	4%	484.896,66	396.105,11
Instalações Móveis e Equipamentos	10%	2.524.607,47	1.287.973,51
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.052.359,18	1.005.625,32
Sistemas de Comunicação	10%	41.164,28	40.679,28
Sistema de Segurança	10%	206.269,28	177.552,28
Sistemas de Transportes	20%	198.950,40	198.950,40
TOTAL		5.341.043,51	3.380.835,38
Depreciação acumulada		(2.295.408,32)	(1.587.700,73)
TOTAL		3.045.635,19	1.793.134,65

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

11. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia.

Descrição	Taxa de Amortização	31/12/2016	31/12/2015
Programa de Computador – Software	20%	6.416,42	6.416,42
Amortização acumulada		(2.767,16)	(1.483,88)
TOTAL		3.649,26	4.932,54

12. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo,

os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de pro-rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	31.296.320,07	26.473.984,69
Depósito Sob Aviso	2.551.860,91	2.507.216,20
Depósito a Prazo	116.296.507,36	96.794.092,50
Total	150.144.688,34	125.775.293,39

Os depósitos, até o limite de R\$ 250.000,00 mil por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), constituído conforme Resoluções CMN nº 4.150/12 e 4.284/13. Este fundo tem como instituições associadas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Crédito dos bancos, o FGC, que considera os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN nº 4.150/12.

Além das garantias prestadas pelo FGCOOP, o SICOOB SISTEMA CREDIMINAS possui seu próprio Fundo Garantidor de Depósitos do Sicoob Sistema Crediminas – FGD, que tem por finalidade efetuar o saneamento econômico-financeiro e/ou fortalecimento patrimonial, bem como prestar garantias de crédito nos termos e limites do Estatuto Social e Regulamento próprio.

Despesas com Operações de Captação de Mercado:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	324.399,50	294.103,26
Despesas de Depósitos a Prazo	13.678.509,19	11.542.789,32
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	3.187.658,62	1.931.755,48
Despesas Contribuição ao Fundo Garantidor	249.305,76	205.955,17
Total Despesas com Captação no Mercado	17.439.873,07	13.974.603,17

13. Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	27.609.351,86	19.883.420,88
Total	27.609.351,86	19.883.420,88

As letras de Crédito do Agronegócio (LCA) são títulos de emissão da Cooperativa que conferem direito de penhor sobre os direitos creditórios do agronegócio a elas vinculados.

(Lei nº 11.076 de 30/12/2004).

14. Relações interfinanceiras / Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2016	31/12/2015	
			Circulante	Não Circulante	
BANCOOB	6,50% a 9,50% a.a.	Diversos	5.456.450,04	21.784.107,72	31.941.836,90
Total			5.456.450,04	21.784.107,72	31.941.836,90

15. Relações interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem;

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ordens de Pagamento (a)	5.189.890,88	2.539.154,42
Concessionários de Serviços Públicos (b)	24.575,84	27.534,05
Outros Recebimentos em Trânsito de Terceiros (c)	57.192,50	185.591,31
Total	5.271.659,22	2.752.279,78

a) Refere-se a cheques emitidos pela Cooperativa contra o próprio caixa da instituição, por solicitação dos associados, porém não compensados até a data-base de 31/12/2016. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

b) Refere-se a arrecadações de concessionárias de serviços públicos a serem repassadas.

c) Refere-se a convênio de pagamento de salários.

16. Outras Obrigações

16.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a)	1.284.211,60	1.189.549,31
Cotas de capital a pagar (b)	192.820,09	162.379,86
Participações nas Sobras (Lucros) (c)	666.624,35	261.649,22
Outras obrigações (d)	221.203,70	66.343,25
Total	2.364.859,74	1.679.921,64

(a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(b) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social.

(c) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e convenção coletiva, a cooperativa constituiu provisão a título de participação dos funcionários nos resultados, com o pagamento previsto para ser efetivado em fevereiro de 2017.

(d) Refere-se à provisão para pagamentos de gratificação diretoria, conselho administração e fiscal vinculado ao alcance de metas operacionais e objetivo específico estabelecido e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária (AGO) para ser efetivado em fevereiro de 2017.

16.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar (a)	84.398,57	81.716,45
Impostos e contribuições a recolher (b)	485.833,08	405.196,60
Total	570.231,65	486.913,05

a) Refere-se a provisões IRPJ, CSLL, do 4º trimestre de 2016;

b) Refere-se a tributos sobre folha de pagamento (FGTS, IRRF, INSS), retidos de terceiros (IRRF, INSS e ISSQN) e Provisão PIS Folha de pagamento.

16.3 Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Cobrança e Arrecadação de tributos e Assemelhados (a)	36.202,44	33.747,23
Obrigações por Aquisição de Bens e Direito	5.550,00	467,00
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (b)	88.835,04	62.109,33
Despesas de Pessoal (c)	1.137.236,62	980.197,06
Outras Despesas Administrativas (d)	278.866,58	210.646,60
Provisão para Garantias Prestadas (e)	46.761,19	33.160,51
Credores Diversos – País (f)	137.169,59	476.161,48
Cheques Descontados (g)	54.042,25	180.632,32
Total	1.784.663,71	1.977.121,53

(a) Refere-se a IOF a recolher de Operações de Crédito e arrecadação de tributos municipais a repassar;

(b) Refere-se a convênio firmado entre a Cooperativa e empresa para pagamento de salários;

(c) Refere-se a provisões com despesas de pessoal, referente a férias, 1/3 de férias, INSS sobre férias e FGTS sobre férias;

(d) Refere-se a provisões para despesas administrativas da Cooperativa;

(e) Refere-se a provisões em coobrigações;

(f) Refere-se a pendências a regularizar, diferenças de caixa, diferenças BANCOOB, Pagamentos a Processar, Rateio de despesas da central e liquidação de cobrança.

(g) Refere-se a cheques depositados, relativo a descontos enviados a compensação, porém não baixados até a data-base de 31/12/2016.

16.4 Outras obrigações - Diversas - Provisões para riscos Tributários

Considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida, foram constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2016		31/12/2015	
	Provisão para Contingências	Depósitos judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
OUTROS PASSIVOS	47.159,27	47.159,27	54.199,31	44.199,31
PIS ATOS COOPERATIVOS	286.720,76	286.720,76	267.664,58	267.664,58
PIS FOLHA PAGAMENTO	489.552,00	489.470,18	404.210,64	398.585,06
Total	823.432,03	823.350,21	726.074,53	710.448,95

Descrição	PIS FATURAMENTO	PIS FOLHA	Outras Contingências	Total
Saldo em 01/01/2015	249.903,75	324.731,27	51.440,55	626.075,57
Provisões/ Atualizações no ano	17.760,83	79.479,37	2.758,76	99.998,96
Saldo em 31/12/2015	267.664,58	404.210,64	54.199,31	726.074,53
Saldo em 01/01/2016	267.664,58	404.210,64	54.199,31	726.074,53
Provisões/ Atualizações no ano	19.056,18	85.341,36	(7.040,04)	97.357,50
Saldo em 31/12/2016	286.720,76	489.552,00	47.159,27	823.432,03

PIS quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

17. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIVERTENTES opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

18. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	31.470.603,22	29.492.273,25
Associados	15.729	14.586

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 50%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 14 de abril de 2016, os cooperados através de seus delegados deliberaram pelo aumento do capital social com sobra líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$1.571.545,78.

d) Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e a Lei nº 5.764/71, a sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	9.495.270,10	4.399.027,17
Lucro líquido decorrente de atos não cooperativos apropriado ao FATES	-	(470.162,71)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações.	9.495.270,10	3.928.864,46
Destinações estatutárias		
Reserva legal – 50%	(4.747.635,05)	(1.964.432,23)
Fundo de assistência técnica, educacional e social 10%	(949.527,01)	(392.886,45)
Sobra à disposição da Assembleia Geral	3.798.108,04	1.571.545,78

A Reserva legal destina-se a reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades;

O Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES) é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa; e

Os resultados decorrentes de atos não cooperativos, quando positivos, são destinados ao FATES.

19. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	2016	2015
Receita de prestação de serviços	1.428.190,33	1.229.160,75
Despesas específicas de atos não cooperativos	(122.111,83)	(101.524,98)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(486.459,65)	(450.377,09)
Resultado operacional	819.618,85	677.258,68
Receitas (despesas) não operacionais líquidas	(55.319,05)	88.424,08
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	764.299,80	765.682,76
Imposto de Renda e CSLL	(318.947,15)	(295.520,05)
Dedução Resolução Sicoob Confederação 129/16 e 145/16	(455.771,44)	
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	(10.418,79)	470.162,71

20. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa remunerou juros ao capital próprio dos associados nos exercícios de 2016 e 2015, o valor R\$1.336.214,22 e R\$1.147.532,27, respectivamente. Os critérios para o pagamento obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

21. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	121.792,81	114.067,94
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	2.909,29	-
Rendas de Repasses Interfinanceiros	24.623,42	14.654,32
Atualizações de Depósitos Judiciais	61.682,01	54.775,94
Rendas de Cartões	539.869,07	364.816,90
Dividendos	25.647,68	19.759,64
Outras Rendas Operacionais (b)	895.132,92	764.181,56
Total	1.671.657,20	1.332.256,30

(a) Refere-se reversão de provisão contabilizada a maior;

(b) Refere-se tarifa de assistência técnica, pagamento de sinistro seguro.

22. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	166.971,44	56.850,99
Descontos Concedidos Operações de Crédito	185.211,05	116.467,47
Cancelamento de Tarifas Pendentes	228.294,11	182.523,47
Contribuição ao Fundo Garantidor de Depósitos	10.033,70	10.301,34
Provisão para Passivos Contingentes	106.166,34	99.998,96
Outras Despesas Operacionais (a)	221.261,80	462.378,61
Outros	-	13.096,16
Provisão para Garantias Prestadas	16.509,97	41.730,15
Contribuições ao Fundo Ressarcimento de Fraudes Externas	4.578,51	13.555,06
Contribuições ao Fundo de Ressarcimento de Perdas Operacionais	2.548,31	7.746,09
Contribuições ao Fundo de Investimento em Tecnologia da Informação	225.578,68	-
Total	1.167.153,91	1.004.648,30

(a) Refere-se a despesas com ISSQN, PIS e COFINS.

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Lucros na Alienação de Valores e Bens	2.570,03	42.263,82
Ganhos de Capital	29.043,98	68.536,42
Rendas de Aluguéis	300,00	-
Outras Rendas Não Operacionais	7.014,41	4.919,40
Total de Receitas Não Operacionais	38.928,42	115.719,64
Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	(1.122,87)	(1.827,04)
Perdas de Capital	(45.447,84)	(25.468,52)
Outras Despesas Não Operacionais	(7.437,09)	-
Outras	(40.239,67)	-
Total de Despesas Não Operacionais	(94.247,47)	(27.295,56)
Resultado Líquido	(55.319,05)	88.424,08

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

Movimentação das operações ativas e passivas no período de 01/01/2016 31/12/2016:

MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES ATIVAS	% em relação à carteira total, saldo final.
R\$2.731.549,18	1,81%
MOVIMENTAÇÃO DAS OPERAÇÕES PASSIVAS	% em relação à carteira total, saldo final.
R\$1.891.967,16	1,59%

O valor de R\$2.731.549,18 refere-se às operações de títulos descontados, empréstimos, crédito rural concedidas no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

O valor de R\$1.891.967,16 refere-se a recursos de depósitos a prazo aplicados no período de 01/01/2016 a 31/12/2016.

Saldo das operações ativas e passivas no exercício de 2016:

OPERAÇÕES ATIVAS – SALDO EM 31/12/2016

CARTEIRA DE CRÉDITO TOTAL – SALDO EM 31/12/2016		
Carteira Total	PCLD –(Provisão Crédito Liquidação Duvidosa) Total	% do PCLD em Relação ao Total da Carteira de Crédito
R\$151.208.595,66	R\$5.232.793,44	3,46%

OPERAÇÕES ATIVAS (Partes Relacionadas) - SALDO EM 31/12/2016				
NATUREZA DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO	VALOR DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO (Partes Relacionadas)	% das Operações de Crédito em Relação à Carteira Total	PCLD (Partes Relacionadas)	% PCLD em relação ao Total de PCLD
Cheque Especial/ Conta Garantida	69.104,34	0,05%	673,28	0,01%
Empréstimos	1.914.566,02	1,27%	10.837,57	0,21%
Títulos Descontados	59.848,76	0,04%	323,76	0,00%
Crédito Rural	733.964,60	0,49%	4.544,51	0,09%
Total Geral	2.777.483,72	1,85%	16.379,12	0,31%

OPERAÇÕES PASSIVAS – SALDO EM 31/12/2016

DEPÓSITOS Á VISTA - SALDO EM 31/12/2016			
Depósito a Vista Total	Depósito a Vista (Partes Relacionadas)	% em Relação Depósito a Vista Total	
R\$31.296.320,07	R\$188.674,64	0,60%	

APLICAÇÕES FINANCEIRAS – SALDO EM 31/12/2016			
Aplicações Financeiras Totais	Aplicação Partes Relacionadas	% em Relação Aplicação Financeira Total	Taxa Média - %
R\$ 118.848.368,27	R\$ 3.085.983,12	2,60%	96% CDI

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	Taxas aplicadas em relação às partes relacionadas (1)	Taxa aprovada pelo Conselho de Administração/Diretoria Executiva (2)
Cheque Especial	9,94% a.m.	9,94% a.m.
Conta Garantida	6,49% a.m.	6,49% a.m.
Cheques Descontados	2,00% a.m. a 2,95% a.m.	2,00% a.m. a 2,95% a.m.
Empréstimos Simples	1,55% a.m. a 3,65% a.m.	1,55% a.m. a 3,65% a.m.
Empréstimos Hot Money	5,00% a.m. a 9,90% a.m.	5,00% a.m. a 9,90% a.m.
Empréstimos Imóveis	0,55% a.m. a 1,25% a.m. + CDI	0,55% a.m. a 1,25% a.m. + CDI
Crédito Rural - RPL	1,51%a.m a 14,70a.m +100CDI	6,00%a.a a 14,70a.a. +100CDI
Crédito Rural - Repasses	9,50% a.a.	9,50% a.a.
Aplicação Financeira	95,30% a 102% CDI	95,30% a 102% CDI

(1) Taxas praticadas a época da contratação da operação (2) Taxas vigentes em 31/12/2016

As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes

AS COBRIGAÇÕES PRESTADAS A PARTES RELACIONADAS NO EXERCÍCIO DE 2016

R\$ 13.653,77

No exercício corrente os benefícios monetários destinados às partes relacionadas, que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa (conselheiros de administração) foi representado por honorários, cédulas de presenças em reuniões, e encargos respectivos, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS – EXERCÍCIO DE 2016	
Honorários	794.197,10
Cédula de Presença Conselho Administração	134.724,28
Gratificação Diretoria	208.565,79
FGTS Diretoria	83.727,85
INSS Diretoria/Conselho de Administração	235.047,86
TOTAL	1.456.262,88

25. Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda.

O SICOOB CREDIVERTENTES em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais Ltda. - SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CREDIMINAS é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL CREDIMINAS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB CREDIVERTENTES responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL CREDIMINAS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o SICOOB CENTRAL CREDIMINAS:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ativo/circulante Relações interfinanceiras centralização financeira (nota 4)	100.562.355,74	80.410.368,67
Ativo Permanente - Investimentos (nota 9)	5.646.436,42	4.910.631,48

As demonstrações contábeis do SICOOB CENTRAL CREDIMINAS, em 30 de junho de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 22 de agosto de 2016, com opinião sem modificação.

26. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 7.372.030,41 (31/12/2015 - R\$ 6.364.165,80), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com outras instituições financeiras.

27. Seguros contratados – Não auditados

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28. Índice de Basiléia

O Patrimônio de Referência (PR) da Cooperativa encontra-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, apresentando margem para o limite de compatibilização de R\$51.426.520,86, em 31 de dezembro de 2016.

29. Contingências Passivas

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDIVERTENTES, dos processos judiciais em que figura como polo passivo, foram classificadas como perdas possíveis seis processos, totalizando R\$1.646.712,22.

30. Gerenciamento de Risco e de Capital

30.1 Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no art. 12 da Lei Complementar 130/2009 e no art. 34 da Resolução CMN 4.434/2015.

A estrutura centralizada de gerenciamento do risco operacional do Sicoob prevê:

- a) identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação do risco operacional;
- b) documentação e armazenamento de informações referentes às perdas associadas ao risco operacional;
- c) elaboração, com periodicidade mínima anual, de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências e de gerenciamento do risco operacional;
- d) realização, com periodicidade mínima anual, de testes de avaliação dos sistemas de controle de riscos operacionais implementados;
- e) elaboração de propostas de atualização da política;
- f) disseminação da Política de Gerenciamento de Risco Operacional aos empregados da entidade, em seus diversos níveis, estabelecendo papéis e responsabilidades, bem como as dos prestadores de serviços terceirizados;

- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco operacional;
- h) implementação, manutenção e divulgação de processo estruturado de comunicação e informação sobre continuidade de atividades.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Para situações de risco identificadas são estabelecidas planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de controles Internos e Riscos (ACIR).

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

30.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB CREDIVERENTES objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Visando definir responsabilidades e diretrizes aplicadas à gestão de riscos de mercado e de liquidez e atender às exigências e normas legais, foram estabelecidas as Políticas Institucionais de Gerenciamento da Centralização Financeira de Riscos de Mercado e de Liquidez, aprovadas pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob.

O gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é realizado de forma centralizada pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), com amparo nos Artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014.

A estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez prevê:

- a) realização de validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- c) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez;
- d) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos para as entidades do Sicoob, fornecidos pela área responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez, que evidenciem, no mínimo:

- d.1) valor em Risco (Value at Risk – VaR);

- d.2) limites máximos de risco de mercado;
 - d.3) cenários de stress para risco de mercado;
 - d.4) limite mínimo de liquidez;
 - d.5) cenários de stress para risco de liquidez.
- e) realização de testes de avaliação dos sistemas implementados de controle dos riscos de mercado e de liquidez;
- f) elaboração das demonstrações relativas aos riscos de mercado e de liquidez exigidas pelo Banco Central do Brasil, de acordo com as especificações normativas;
- g) existência de plano de contingência, contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar graves perdas decorrentes do risco de mercado e de liquidez.

O processo de gerenciamento de riscos de mercado e de liquidez é claramente segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade dos processos no âmbito do Sicoob. O relatório descritivo dessa estrutura encontra-se disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

30.3 Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade da contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob é formalizado por meio da Política Institucional de Risco de Crédito em vigor, com característica sistêmica, e foi aprovada pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, observando o que preceitua a Resolução CMN 3721/2009.

O Bancoob é responsável pela estrutura centralizada de gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, conforme prevê o Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de clientes e operações, monitoramento das carteiras de crédito e manutenção de política única de risco de crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

- a) adequada validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;
- b) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;
- c) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;
- d) procedimentos para a recuperação de créditos;
- e) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

- f) informações gerenciais periódicas para as entidades do Sistema;
- g) área responsável pelo cálculo e projeção do capital regulamentar necessário, bem como do nível adequado de provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- h) modelos para avaliação do risco de crédito do cliente, de acordo com o público tomador, que levam em conta características específicas dos tomadores e questões setoriais e macroeconômicas;
- i) limites de crédito para cada cliente e limites globais por carteira ou por linha de crédito;
- j) modelo para avaliar o impacto na provisão para crédito de liquidação duvidosa bem como no capital regulamentar e índice de Basileia em condição extrema de risco de crédito.

As normas internas do gerenciamento de risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado, contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

Os processos de crédito e de gerenciamento de risco de crédito são claramente segregados e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade no âmbito do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito é compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e proporcionais à dimensão da exposição ao risco de crédito das entidades integrantes do Sistema Sicoob, sendo o descritivo disponibilizado no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

30.4 Gerenciamento de Capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB CREDIVERTENTES objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída da Resolução CMN 3.988/2011.

O gerenciamento de capital é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), com amparo no Artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, e é formalizada por meio da Política Institucional de Gerenciamento de Capital, aprovada pelos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na ausência dessa, Diretoria) das entidades do Sicoob, que estabelece as diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital, visando adotar uma postura prospectiva, antecipando necessidades de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições do mercado.

A estrutura de gerenciamento de capital prevê:

- a) monitoramento e controle do capital mantido pelas entidades do Sicoob;
- b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades estão sujeitas;
- c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades e horizonte mínimo de 3 (três) anos;

- d) postura prospectiva, com antecipação da necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado;
- e) viabilização, por meio de planejamento adequado de capitalização e de condições necessárias para o crescimento de negócios, estabelecido nas diretrizes estratégicas.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 3.988/2011, a estrutura de gerenciamento de capital está evidenciada em relatório disponível no sítio do Sicoob www.sicoob.com.br.

São Tiago - MG, 02 Fevereiro de 2017.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.

SICOOB CREDIVERTENTES

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal do SICOOB CREDIVERTENTES - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda., reunido em 31/01/2017, em cumprimento do art. 91 inciso “VIII”, do Estatuto Social, declara para os devidos fins legais e estatutários, que procedeu a minucioso exame em todos os documentos e peças contábeis, que compreendem o Balanço Geral, relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2.016, tendo encontrado tudo em ordem.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIVERTENTES, Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda., em 31 de dezembro de 2.016.

Assim, somos unânimes e favoráveis à aprovação, pela Assembleia Geral Ordinária, das contas apresentadas pela Diretoria, referente ao exercício de 2.016.

São Tiago - MG, 31 de janeiro de 2017

Conselheiros Fiscais Efetivos

Cristiano Alexandre de Almeida

Coordenador do Conselho Fiscal

Gilson Resende de Serpa

Secretário do Conselho Fiscal

Marlon Moredson de Castro

Conselheiro Fiscal

Relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda. - SICOOB CREDIVERTENTES
São Tiago - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda. - SICOOB CREDIVERTENTES, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda. - SICOOB CREDIVERTENTES em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas

normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Com parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles interno relevante para a auditoria para planejarmos procedimento de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles interno da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles interno que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 9 de fevereiro de 2017.

Antonio Alberto Sica

Contador CRC MG – 080.030/0-0

CNAI 1.845

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

João Pinto de Oliveira - Presidente
Paulo Melo - Vice Presidente
Alexandre Nunes Machado Chaves
Antônio Vicente de Andrade
Fabiana Andréia Fernandes Diéle Barros de Oliveira
Helder José Daher Chaves
Jasminor Martins Vivas
Renivaldo Renaldo Bageto

DIRETORIA EXECUTIVA

Jasminor Martins Vivas - Diretor Executivo Administrativo
Luiz Henrique Garcia - Diretor Executivo Financeiro

CONSELHO FISCAL

Conselheiros efetivos:
Gilson Resende de Serpa
Cristiano Almeida e Marlon Castro

Conselheiros suplentes:
Henrique Santos e Luis Cláudio dos Reis

CONTADOR RESPONSÁVEL

José Osvaldo da Silva - CRCMG 084.114

IDENTIFICAÇÃO

Razão Social:
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Campos das Vertentes Ltda.
CNPJ: 22.724.710/0001-05

Endereço:
Rua Carlos Pereira, 100 Centro
CEP 36.350-000 - São Tiago - MG
Telefone: (32) 3376-1386
www.credivertentes.com.br

CRÉDITOS

Supervisão Geral
Sicoob Credivertentes

Projeto Gráfico

Mapa de Minas Comunicação Integrada





SICOOB

Credivertentes